

Educação para a Democracia: as experiências das escolas do parlamento de Itapevi e São Paulo

Roberto Lamari¹
Fatima Thimoteo²

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de compreender o conhecimento de jovens estudantes revelam sobre política e as regras do sistema político a partir de duas pesquisas realizadas em decorrência de iniciativas de educação para a cidadania implementadas pelas escolas legislativas de Itapevi e São Paulo. Revela-se o impacto destas iniciativas na compreensão que os estudantes revelam ao mesmo tempo em que indica a necessidade de ampliar qualitativa e quantitativamente este trabalho de formação política para a cidadania e para a democracia, promovido por escolas do Legislativo. Nos tempos atuais, potencializar este trabalho significa incorporar, inclusive, as linguagens e as novas ferramentas de informação e comunicação indicadas pelos próprios jovens, as quais permitirão maior alcance e a desejável disseminação do conhecimento.

Palavras-chave: Educação Política; Escolas do Legislativo; Juventude; Mídias e redes sociais.

Introdução

Os tempos atuais têm visto surgir lideranças juvenis na defesa de temáticas importantes para a vida da sociedade planetária.

Na defesa de causas relevantes, exemplos como a ativista paquistanesa Malala Yousafzai, com sua luta pela educação de meninas na área onde morava, e a sueca

1 Especialista em Gestão Pública pela EACH – USP e diretor geral da Escola do Parlamento Doutor Osmar de Souza, da Câmara Municipal de Itapevi.

2 Mestre em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas – EAESP/SP, foi assessora da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo.

Greta Thunberg, no combate às mudanças climáticas, ganham destaque mundial e atingem o debate público com altos índices nos *trending topics* pelas redes sociais.

Preocupados com problemas sociais, políticos ou ambientais, jovens ativistas dedicam-se a expressar suas reivindicações, organizar movimentos e atuar na realidade, até o ponto de exigir providências de governos mundo afora. Assim tem ocorrido nos movimentos contrários ao armamento, pelo acesso à água potável ou em defesa dos direitos e terras dos índios.

A liderança e expressividade ganham maior aderência e importância ao serem rapidamente disseminadas por redes sociais que, ao mesmo tempo, as transformam nos novos alvos de informações falsas, que circulam livremente por estas mesmas redes.

Exemplos de jovens ativistas mundiais impactam, mas é necessário destacar, com um olhar mais atento, que suas histórias revelam uma preocupação que nasce da vida cotidiana, ao refletirem sobre condições que afligem o local onde crescem. Apesar da gênese local, sua liderança e organização têm levado à cobrança de governos e autoridades na construção de políticas públicas em consonância com a garantia de direitos, em especial, das novas gerações.

Neste sentido, a menção ao ativismo político é aqui adotada para ressaltar a convicção quanto à importância da educação na formação política dos jovens para o exercício pleno de sua cidadania, em qualquer parte do mundo.

Duas questões que se impõem nesta reflexão: qual educação política e para qual juventude?

Na busca por responder estas questões, este artigo estará dividido em três partes. Na primeira parte, destacamos em linhas gerais os fundamentos teóricos que têm pautado o trabalho desenvolvido por escolas dos legislativos, inclusive as escolas de São Paulo e Itapevi.

Na segunda parte pretendemos identificar o que jovens estudantes compreendem da política como eleitores e cidadãos a partir de duas pesquisas realizadas por estas escolas legislativas com jovens destas cidades, estudantes da rede pública que participaram de alguma iniciativa de educação política promovida pelas duas escolas.

Como conclusão, buscaremos apresentar possíveis encaminhamentos para a prática de uma educação para a cidadania, voltada à superação de uma visão limitada da juventude e de sua participação cidadã, pautando-nos nas tendências observadas nos resultados das pesquisas com os jovens participantes, em um contexto de mudanças ainda mais aceleradas pelas mídias digitais.

Partimos da premissa de que já não é adequado afirmar que o jovem é “alienado”, “que não entende e não participa da política”. Em suas várias formas de

expressão, pode-se observar um grau de (re)conhecimento e envolvimento, no geral em forma de protesto, que pode e deve ser questionado, complementado e transposto, utilizando os “lugares”, mecanismos e ferramentas que são parte do cotidiano da juventude e que, por esta razão, podem elevar o patamar de compreensão e melhor qualificar sua ação política em sua própria comunidade ou para além das fronteiras.

Qual educação política?

As escolas do Legislativo são uma realidade em nosso país, estando presentes no Senado Federal, Câmara dos Deputados, em todas as 27 Assembleias Legislativas e Cortes de Contas, e em diversos municípios brasileiros, em estágios diferentes de funcionamento e atividades, totalizando mais de 240 Escolas.

Nesta trajetória de ampliação das escolas do Legislativo no país, ganhou destaque entre seus estudiosos a importância de uma ação que extrapolasse o objetivo, estabelecido em consonância com as disposições constitucionais, de prestar apoio técnico e qualificado aos seus funcionários.

Neste sentido, duas missões passam a ter destaque e ambas se voltam ao ambiente social: a primeira é a de trazer diferentes atores para participar do processo legislativo, qualificando o debate e legitimando-o com a participação de instituições públicas ou privadas e a sociedade civil organizada; a segunda é a educação para democracia ou educação para a cidadania, como preferiu Norberto Bobbio em *O futuro da Democracia*.

O objetivo principal desta educação é oferecer educação política ao cidadão e formação para o exercício pleno da cidadania.

Como ensina Cosson (2008), promover a democracia através da educação para a cidadania deve ser função do Legislativo porque é o Poder que depende da democracia para sobreviver, como nos mostra a história quando o Parlamento é fechado ou perde suas funções durante regimes de exceção.

Sempre importante reafirmar que: “A educação para a cidadania é o meio mais oportuno para estimular a participação política. Um homem do povo, que tem cultura política e é conhecedor dos seus direitos, é um cidadão, e a formação de cidadãos é a garantia de uma qualidade melhor de eleitor e, por efeito, de eleitos, constituindo-se na certeza de um Poder Legislativo forte, porque todos conhecem sua importância para a manutenção do Estado Democrático de Direito.”³

3 Revista do parlamento v2 n3 julho/dezembro 2012

O Estudo Internacional sobre Educación Cívica y Ciudadana 2016 de la IEA - ICCS 2016⁴ para a América Latina, realizado com a participação de estudantes secundaristas do Chile, Colômbia, República Dominicana, México e Peru, revelou que: “Los estudiantes con altos niveles de conocimiento cívico tienen menos probabilidad de aceptar justificaciones hacia la dictadura o la violación de la ley, de apoyar el uso de las prácticas autoritarias de los gobiernos, de la corrupción en los servicios públicos y el uso de la violencia que sus compañeros con menores niveles de conocimiento.”

Ao concluir que a expectativa de continuidade de estudos em nível superior e o maior nível de conhecimento cívico dos estudantes determinam a menor probabilidade de apoiar práticas autoritárias e de corrupção em governos, vemos fortalecida a convicção em uma formação política consistente para o amadurecimento dos jovens e o aumento de sua participação cidadã.

Inúmeras são as possibilidades de estimular esta participação e o envolvimento dos diversos atores na vida política das cidades e nas definições de políticas públicas em qualquer âmbito. Nos anos 2000, Cosson analisou um conjunto de práticas desenvolvidas pelos Legislativos de países como Alemanha, Argentina, Austrália, Canadá, Chile, Colômbia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, México, Índia, Nova Zelândia, Panamá, Portugal, Singapura, Suíça, Suécia.

No Brasil, tanto no plano federal como nos legislativos estaduais e municipais, muitas experiências de grande interesse têm surgido ao longo dos anos.

Em Minas Gerais, a Escola do Legislativo de Pouso Alegre traduziu a constituição em duas cartilhas destinadas ao ensino fundamental e médio. Nomeadas como *A Constituição em Miúdos*, a primeira é obrigatória na rede municipal de ensino fundamental da cidade. *A Constituição em Miúdos 2* foi implantada em algumas escolas estaduais e particulares. Hoje, esta iniciativa já atende mais de 4 mil alunos. As cartilhas são impressas pela gráfica do Senado Federal, que também registra mais de 40 mil downloads da *Constituição em Miúdos 1 e 2*. O sucesso da iniciativa originou a organização de uma nova cartilha, *Trocando em Miúdos a Lei Maria da Penha*.

Nesta mesma linha de atuação, a escola da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte desenvolveu o Programa Brasileiro de Educação Cidadã - PROBEC, que através da cartilha *Cidadania A- Z*, atende 13 municípios do Estado

4 Percepciones de los jóvenes acerca del gobierno, la convivencia pacífica y la diversidad en cinco países de América Latina Estudio Internacional sobre Educación Cívica y Ciudadana 2016 de la IEA Informe Latinoamericano disponível em <https://www.iea.nl/publications/study-reports/international-reports-iea-studies/percepciones-de-los-jovenes-acerca-del> acessado em 15/11/2019

abrangendo as etapas da educação infantil ao ensino médio, com a perspectiva de ampliar sua abrangência para toda a rede de ensino, a partir de 2020, com os entendimentos mantidos com o executivo estadual.

Em geral, as ações propostas pelas escolas são dirigidas aos estudantes das redes escolares do estado ou dos municípios por ser um público mais acessível e em formação, o que revela uma tendência de adotar a educação para a cidadania política como uma complementação à educação formal recebida nas escolas.

Os programas desenvolvidos não são muito diversificados, sendo mais comuns as visitas guiadas e a simulação de sessões plenárias. Neste sentido, destacam-se as ações voltadas aos Paramentos Jovens, que se traduzem por iniciativas de promover o exercício da representação política a jovens estudantes, com exemplos de proposição de leis, processos de votação, etc.

Um exemplo interessante é o Parlamento Jovem de Minas Gerais que, surgida em 1992, é a precursora das escolas legislativas no país. Hoje, a Assembleia realiza encontros das escolas dos legislativos do Estado e organiza um seminário virtual para difundir a ideia do parlamento jovem.

Em 2019, o Parlamento Jovem foi realizado em 94 municípios, distribuídos em pólos contendo de três a dez municípios cada um. A equipe da escola visitou dezoito cidades pólo no Estado. Para poder integrar e divulgar as atividades realizadas também foi criada uma rede virtual. Além de estimular e enriquecer a iniciativa, há a indicação de que o fortalecimento deste trabalho tem ajudado no processo de criação de outras escolas no Estado, que hoje já conta com mais de 64 unidades instaladas.

A investigação sobre o caráter educativo para os estudantes mineiros foi tratada por Kelles e Marques (2010) e Fuks e Casalecchi (2016), sendo que os primeiros percebem a relevância e a necessidade de aprimoramentos das atividades e os últimos buscam identificar os aportes de conteúdo para os estudantes mineiros.

Dois registros do ICCS 2016 para a América Latina sustentam a relevância da educação para a cidadania na forma como tem sido implementada pelas diversas escolas brasileiras: o primeiro é de que se identificou uma forte associação entre as atitudes e o conhecimento cívico dos estudantes; o segundo se refere à constatação de que as escolas continuam sendo instituições de confiança para os estudantes da região latinoamericana.

Uma última observação e a mais contundente: os estudantes com maiores níveis de conhecimento cívico demonstram menos inclinação para expressar confiança no governo ou em partidos políticos. Desta observação decorre o entendimento de que o maior conhecimento sobre o funcionamento dos sistemas

políticos e as instituições latinoamericanas resulta em uma visão mais crítica sobre eles. Entretanto, o relatório conclui que, no longo prazo, oferecer aos jovens um melhor entendimento dos assuntos cívicos tem o potencial de prover melhores bases para as discussões sobre reforma política entre as gerações futuras.

Estas conclusões nos remetem à apreciação das experiências desenvolvidas pelas escolas legislativas de São Paulo e Itapevi, pelas quais jovens estudantes participaram de cursos de Iniciação Política, cuja estrutura se baseava em discutir conceitos de democracia, cidadania e a organização do Estado no Brasil, com ênfase em exemplos e discussões aplicáveis à realidade municipal.

Qual juventude? Um olhar sobre voto, partidos e outras questões da política

A *Escola do Parlamento Doutor Osmar de Souza*, da Câmara Municipal de Itapevi, ofereceu o curso de *Iniciação Política*, dirigido a jovens estudantes da cidade. A equipe responsável pelo curso estava comprometida com sua forma suprapartidária e com o objetivo de formar eleitores conscientes e cidadãos ativos, proporcionando aos participantes maior noção sobre o funcionamento do Estado Democrático de Direito e, conseqüentemente, elementos para uma maior atuação cidadã e participação política, considerando o pressuposto de que a consolidação da democracia se sustenta em duas bases fundamentais: participação e informação/educação.

Em agosto de 2018, a *Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo* utilizou-se de pesquisa inédita para compreender a percepção de mais de 2,3 mil estudantes das oito escolas de Ensino Médio do município.

Os estudantes participantes⁵ foram chamados a responder um questionário amplo que, além de sua caracterização, buscava obter impressões, impactos e conclusões dos estudantes quanto a:

- Percepção e atuação enquanto eleitor e cidadão;
- Poder Legislativo Municipal e políticas públicas;
- Percepção sobre temas políticos;
- Democracia na Escola.

Na cidade de Itapevi, os questionários foram voluntariamente respondidos por 1474 estudantes das 22 escolas⁶ da rede estadual de ensino, sendo 47,08% do

⁵ As amostras não são representativas da população estudantil do Ensino Médio das cidades indicadas.

⁶ O total geral é de 3000 alunos nas escolas.

gênero masculino e 51,90% feminino. Estudantes do Ensino Médio, estes jovens têm entre 16 (27,27%), 17 (51,89%) e 18 anos (13,09%).

Para se manterem informados, estes estudantes utilizam a TV (80,05%), os sites (54%) e as redes sociais (52%).

Na cidade de São Paulo foram coletados 2271 respostas dos estudantes das escolas municipais cursando, majoritariamente, a modalidade regular do Ensino Médio, com média de 16 e 18 anos e sendo 46,14% do sexo masculino e 51,88% do sexo feminino.

Para se informarem, os jovens paulistanos enumeram: redes sociais (65,70%); sites (63,54%); aulas na escola (63,13%); telejornais (60,73%); conversas (60,02%) e vídeos no YouTube (55,35%). As notícias em rádio e meios de comunicação impressos alcançam no máximo 24% das indicações.

Quanto à política propriamente, os jovens foram indagados sobre o voto, o gosto pela política e sobre partidos políticos.

Tanto em Itapevi como em São Paulo, os jovens revelam que o voto é um direito do cidadão, apesar da compulsoriedade destacada por 19 e 18 % dos jovens de Itapevi e São Paulo, respectivamente. Reflete-se nas respostas o conhecimento institucional de nossas regras eleitorais, o que permite que 79% dos jovens de Itapevi e 74% de São Paulo ultrapassem o estrito senso do voto como uma obrigação do cidadão e faz com que entendam que, de acordo com as regras do jogo, ao votar, o cidadão determina a configuração do jogo. Apesar da correta compreensão, 60 % dos jovens paulistanos participantes não concordam com a compulsoriedade como regra no sistema eleitoral.

Em relação ao gosto pela política, os estudantes foram solicitados a manifestar se gostavam ou não da política e sobre sua importância. Embora ampla maioria das respostas se refira a não gostar da política, é maciço o reconhecimento sobre sua importância. A resposta “Não gosta, mas sabe que é importante” teve 1184 (80%) indicações em Itapevi e 1767 (76%) em São Paulo. Os que responderam negativamente ao gosto e à importância da política somaram 52 respostas em Itapevi (3,5%) e 165 respostas em São Paulo (7%). Neste aspecto é imperativo destacar a consciência sobre a importância da política no seio social, o que indica um direcionamento do trabalho de educação política voltado ao desenvolvimento do gosto, a partir da necessidade já reconhecida.

Quanto à simpatia em relação aos partidos políticos, constatou-se que a grande maioria dos estudantes participantes não gosta de nenhum partido político, correspondendo a 81% (1196) e 82% (1901) dos pesquisados em Itapevi e São Paulo, respectivamente.

Em Itapevi, a simpatia por um partido político atinge 200 jovens entrevistados (13,5%), mas apenas 18 jovens (1,2%) se declararam formalmente filiados a um partido político. Dentre os simpatizantes, foram nomeados os seguintes partidos: PT 6,53%; PSL 2,71% e PSDB 0,54%.

Da mesma forma em São Paulo, 11 % dos jovens (255) manifestaram simpatia por um partido, sendo que 60% deles indicaram o Partido dos Trabalhadores – PT. Apenas 15 jovens (0,6%) declararam-se filiados a um partido político.

Entre temas sensíveis, que são frequentemente noticiados na imprensa e mídias sociais, indicamos, na tabela 1, os seguintes resultados para uma abordagem preliminar quanto à concordância total ou parcial dos jovens entrevistados:

Tabela 1

Tópico	% Concordância total ou parcial em Itapevi	% Concordância total ou parcial em São Paulo
Todos os políticos brasileiros são corruptos	59%	62%
A justiça brasileira privilegia os ricos e os políticos	77%	79%
Movimento de rua é forma correta de manifestação	77%	76%
Depredar empresas é forma correta de manifestação	24%	27%
Depredar praças é forma correta de manifestação	23%	25%
Educação política deve estar presente nas escolas	84%	74%
O voto obrigatório distorce a democracia	60%	60%
A imprensa informa bem os cidadãos no Brasil	41%	32%
A corrupção é o maior problema do país	72%	78%
Na escola os professores defendem partidos ou ideologia	44%	47%

Fonte: Escola do Parlamento de Itapevi e Escola do Parlamento de São Paulo

Observamos que não há diferenças muito expressivas ou divergências incontornáveis quanto à posição manifestada pelos jovens de Itapevi ou de São Paulo. Creditamos esta similaridade à sua inserção na sociedade - à experiência educacional que vivenciam, sua faixa etária e os meios que declaram utilizar para sua informação⁷.

⁷ Com esta afirmação não se pretende negar a diversidade ou a desigualdade entre jovens adolescentes. Apenas se argumenta que estes jovens tem perfil semelhante, cursam escolas públicas no estado de São Paulo e foram participantes do curso de iniciação política.

Inicialmente, olhando para os números de maneira mais global, confirma-se a confiança na educação política e a diminuição do grau de confiança nas instituições com o aumento do conhecimento sobre a forma como elas operam.

Entendemos ser possível afirmar que as ações de formação das escolas produzem efeitos positivos na visão dos jovens e em seu grau de discernimento e de criticidade em relação à política e outros temas, o que também se reflete na discordância de manifestações de vandalismo ao patrimônio público ou privado, posicionamento que parece negar observações do “senso comum” quanto à alienação ou de tendência a contrariar a ordem.

Na direção destes achados, que reiteram a certeza da necessidade da participação política e cidadã dos nossos jovens, cabe retomar nossas premissas para concluirmos no sentido de melhor estimular e qualificar a participação.

Indicações: #conectando a educação para a cidadania!

Como indicamos preliminarmente, pesquisas diversas demonstram que, no plano qualitativo, as diferentes ações conduzidas pelas escolas do legislativo têm levado a ganhos relevantes para a realidade em que se inserem e ao público atendido.

Na conclusão do ICCS 2016 América latina, “Este hallazgo ofrece un argumento fuerte a favor del mejoramiento del aprendizaje cívico de los alumnos y la adquisición del conocimiento y entendimiento cívico, con el prospecto de desarrollar orientaciones más democráticas y mayores niveles de aceptación del estado de derecho.”⁸

Parece-nos importante, portanto, os desafios da ampliação: qualitativa, no sentido de aprofundamento das ações implementadas, e quantitativa, baseada na oferta de atividades de educação para a cidadania que alcancem o maior número de jovens não só nas escolas, mas no seio de suas próprias comunidades.

Se cursos de curta duração já têm produzido os efeitos observados nas pesquisas mencionadas, avanços significativos poderão ser alcançados com o aprofundamento das pautas e dos mecanismos de comunicação, informação, entretenimento e participação, utilizados pelos jovens na atualidade.

Não se trata de defender a extinção das ações presenciais, mas, ao contrário, propor uma ampliação das estratégias em duas direções.

⁸ Essa constatação oferece um forte argumento para a melhoria da aprendizagem cívica dos estudantes e a aquisição de conhecimento e compreensão cívica, com a perspectiva de desenvolver orientações mais democráticas e níveis mais altos de aceitação do Estado de Direito.

Na primeira destas direções, reiteramos: “Os Legislativos devem investir na educação em todas as suas formas: presencial, via internet, e criar uma rede telepresencial de ensino, que pode ser usada não só para a prestação de serviço de educação para a cidadania, mas para a qualificação dos agentes públicos, para a aproximação de eleito e eleitor, sendo um canal de comunicação direto que permita, inclusive, a interatividade, em audiências do orçamento, comissões, frente parlamentar, prestação de contas e tudo mais que o parlamentar quiser falar ao cidadão.” (Thimoteo, 2012)

A segunda direção deve priorizar a perspectiva do jovem, oferecendo e estimulando o uso de ferramentas, canais e redes, que possibilitem não só transmitir conteúdos, mas reunir e engajar outras pessoas em comunidades cada vez maiores e mais articuladas.

Para que sejam efetivas, as estratégias adotadas devem ser mais adequadas do ponto de vista de comunicação com seu público, e não iniciativas formais como telejornais ou reportagens em veículos impressos.

A utilização de ferramentas, modelos e meios compatíveis com a realidade cotidiana dos jovens pode despertar mais atenção e estimular o maior engajamento pela disseminação de conteúdos produzidos e postados por eles mesmos.

Breves inserções de *news*, *podcasts*, *lives* e canais no *youtube* podem ser melhor utilizados pelas instituições (escolas do legislativo e partidos, por exemplo) como forma de despertar atenção e, a partir deste ponto, promover a livre manifestação e o envolvimento.

Por fim, caberá a organização de um processo educativo capaz de sistematizar todos os conteúdos desenvolvidos para transformá-los em novas estratégias e conteúdos de aprendizagem, com o objetivo de promover sempre a construção de percepções mais adequadas sobre a democracia, a política e as instituições.

Considerações finais

De formas muito diferentes, a atualidade vê surgir atitudes de ativismo político que partem de uma realidade local e ganham a esfera global em pouquíssimo tempo.

A ideia de utilizar esta nova forma de perceber e atuar no mundo com o objetivo de promover a democracia e a cidadania se sustenta pela constatação de que graus mais elevados de compreensão e conhecimento levam a atitudes mais próprias ao ser político e ao exercício pleno da cidadania, além da superação das mazelas conhecidas e, por conseguinte, à melhoria das próprias instituições.

A certeza dos resultados obtidos com as atividades implementadas por diferentes escolas do legislativo no nosso país, além das experiências desenvolvidas em outros países, implica no desafio de nos lançarmos a um novo patamar da educação política.

Utilizando as novas tecnologias da informação e comunicação aliadas à exploração mais ativa e participativa nas temáticas locais e globais, pelos jovens estudantes, pelas comunidades reais ou virtuais das quais participam, pelas instituições e organizações políticas, o que se busca é aperfeiçoar a compreensão das regras e mecanismos próprios da política e o exercício consciente, crítico e ativo da cidadania.

A ampliação da capacidade de organização política dos jovens deve ser estimulada a partir dos meios que hoje estão disponíveis e que são adotados por eles para informação e comunicação, na medida em que o estímulo ao conhecimento e à participação pode superar um grau inicial de desconfiança em relação à política, aos políticos e suas agremiações e promover, conseqüentemente, sua melhoria e o fortalecimento da democracia.

Referências Bibliográficas

COSSON, Rildo. **Escolas do Legislativo, Escola de Democracia**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

DANTAS, Humberto; LAMARI, Roberto Eduardo. A relação de jovens do Ensino Médio com a política: análises a partir de grupos de estudantes de escolas públicas de São Paulo-SP e Itapevi-SP. Curitiba: **Revista do Legislativo Paranaense**, número 2, 2019.

DANTAS, Humberto; SCHIAVI, Iara. O ILP e a educação política: percepções com base em atividades de formação. **Revista do ILP**, São Paulo, ano 1, n. 1, 2014. FUKS, Mario. CASALECCHI, Gabriel. Formando cidadãos democráticos – considerações sobre os efeitos do Parlamento Jovem mineiro. Rio de Janeiro: **Cadernos Adenauer**, n. 1, ano XVII, 2016.

KELLES, Eugênia, MARQUES, Maria Elizabeth. Parlamento Jovem: uma experiência inovadora em Minas. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, ano XI, v. 3, 2010.

THIMOTEO, Fatima; CARDOSO, Fernanda; BARBAGALLO, Leonardo; LAMARI, Roberto Eduardo; NORITOMI, Roberto. A Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo: trajetória e identidade. **Revista do Parlamento Paulistano**, São Paulo, v 2 n.3 p.158-181. Jul./dez. 2012